

PROF. DR. DARCY CARVALHO SÃO PAULO BRASIL. 2015

PROBLEMS OF THE GALICIAN ORTHOGRAPHY

O PROBLEMA DO GALEGO: ISOLACIONISMO VERSUS REINTEGRACIONISMO

Any person knowing Spanish or Portuguese can learn Galician very easily. There is no other major language in the world so close to Portuguese as Galician. Both in vocabulary and in syntax. Thesis: Galician is fundamentally Portuguese and Portuguese is fundamentally mere differentiated Galician. Therefore, students of secondary schools and colleges or any adult who can read Portuguese will certainly understand Galician texts without difficulty. To demonstrate this thesis we need just to examine excerpts of scientific and literary texts in Galician. The syntax of the Galician language is the same as that of any Western Romance language. Thanks to this syntactical and vocabular coincidence, we can compose Galician thinking in Portuguese or Spanish and produce or edit texts with the help of translators and correctors, just after grasping the basics of the Galician orthography.

O galego é uma variedade linguística autónoma da língua galego-portuguesa, ao mesmo nível que o brasileiro e o português. Esta admissão, resultado de décadas de produtiva discussão entre isolacionistas e reintegracionistas, é a que melhor responde ao interesse de recuperar-se o galego como idioma culto de nível internacional, evitando que seja absorvido pelos dois grandes idiomas aos quais está indissolúvel e historicamente associado.

Como, entretanto, com relação a este problema, ainda não se chegou a um absoluto consenso, um estudante estrangeiro deve capacitar-se para ler textos escritos segundo as três ou mais opções ortográficas do galego . Neste site, nos conformaremos com a ortografia adoptada oficialmente nas três grandes universidades galegas e em obras lexicográficas recentes de grande porte como o Gran Dicionario Cumio da Lingua Galega, e O Dicionario Normativo Galego-Castelán.

O Isolacionismo

Os isolacionistas, aglutinados em torno ao Instituto da Língua Galega (ILG), partem duma perspectiva descritivista e exclusivamente baseada na experiência fornecida pelos trabalhos de tipo dialectológico, o que os leva a pretender consolidar uma normativa baseada “na realidade da fala viva”. Essa “fala viva” assume desde o início que a escrita e as estruturas do castelhano são o mecanismo apropriado para reflectir “por omissão” a realidade falada do galego. Os isolacionistas aplicam à língua galega o mesmo esquema de padronização que corresponderia a uma fala ágrafa, sem qualquer tradição própria anterior ao momento duma amostragem linguística.

O Reintegracionismo

O reintegracionismo, encabeçado pela figura do Professor Ricardo Carvalho Calero, parte da consideração do galego como entidade linguística inserida no seu diassistema histórico. Isto implica levar em conta a tradição precedente e propor um modelo de língua apto para a comunicação com as outras variedades do diassistema. Além disso, a norma proposta pelo reintegracionismo carece de vontade de confluência formal a respeito do castelhano, responsável pelas numerosas interferências introduzidas no galego, nos últimos 500 anos.

A SOLUÇÃO DO DEBATE:UMA PROPOSTA NORMATIVA OFICIAL

Considera-se o galego como variedade linguística autônoma da língua galaico-portuguesa, ao mesmo nível que o brasileiro e o português, mas adota-se a ortografia castelhana. Esta ortografia, oficialmente normalizada, é obrigatoriamente adotada na administração e nas universidades, e nela vêm sendo redigidas obras lexicográficas indispensáveis de grande valor.

O debate entre isolacionismo e reintegracionismo pretendeu assim ser resolvido por parte das autoridades autonômicas no ano 1982, mediante a oficialização por decreto de uma proposta normativa surgida da primeira das tendências.

Nos anos posteriores, o debate, em vez de extinguir-se, passou a converter-se num verdadeiro confronto, levando-se à frente numerosos actos de protesto e culminando com o que não se conseguira realizar nas etapas precedentes, a criação de um galego culto escrito, ou seja:

A consolidação duma tradição e um padrão culto galego em escrita galego-portuguesa, paralelo ao promovido pela Administração Autonómica e que situa o galego como uma variedade linguística autónoma da língua galego-portuguesa, ao mesmo nível que o brasileiro e o português.

O QUE É O REINTEGRACIONISMO?

Tradução literal em português do artigo original disponível no sítio abaixo em ortografia reintegracionista. Conservamos a sintaxe galega e as consoantes mudas, algumas opcionais em português

Fonte: http://www.agal-gz.org/

O Galego-Português, na Galiza denominado Galego e internacionalmente conhecido como Português, é a língua própria de Galiza, Portugal e Brasil, sendo também língua oficial em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste, comunidade lingüística internacional conhecida como Lusofonia (também Galegofonia ou Galego-Lusofonia).

Na actualidade, porém, e no território da Galiza, não é oficialmente reconhecida a identidade internacional do galego, ao mesmo tempo que avança a perda de falantes.

A AGAL nasceu em 1982 para continuar o trabalho iniciado pelo galeguismo histórico no sentido de recuperar o reconhecimento da unidade e os usos da língua.galega. Isto é, por outras palavras, defende o reintegracionismo.

História do Reintegracionismo

A língua portuguesa falada hoje em dia na Galiza, em Portugal, no Brasil, em diversos países africanos e em Timor Leste, teve o seu lugar de nascimento na zona que compreende a Galiza actual e a região Norte de Portugal, quer dizer, a faixa ocidental da antiga Gallaecia. Com a Reconquista e o avanço geral dos reinos cristãos sobre as terras do sul a fala estendeu-se pelo actual território português até ao Algarve, ocupando todo o poente da Península Ibérica.

Os séculos seguintes são testemunhas duma grande expansão ultramarina do estado português e do estabelecimento da língua nas amplas regiões do mundo em que ainda perdura, fazendo dela actualmente um dos maiores idiomas pelo número de usuários e um dos ramos mais frondosos da antiga árvore indo-europeia.

Mas no lar originário a situação nem foi sempre tão favorável. A pertença ao Reino de Leão primeiro e ao de Castela depois provocou que tanto na Galiza como em Portugal se tenham percebido influências e agressões desde o primeiro momento, das quais Portugal só se verá realmente livre após o ano 1640.

À Galiza, no entanto, correspondeu diversa sorte. Desde o início incorporaram-se numerosos castelhanismos no léxico habitual e a língua no seu conjunto viu-se “atraída” pelo castelhano. Assim, palavras como Deus, igreja, só, verdade, etc,passaram a Dios, iglesia, solo, verdá… iniciando-se um processo de substituição que ainda hoje continua ameaçando gravemente o galego falado. No plano fonético e fonológico há decerto motivos para suspeitar que a aparição e posterior expansão do fonema em boa parte do galego actual, procedente das antigas africadas prepalatais da língua medieval, tenha sido também propiciada pelo modelo castelhano, entre outras cousas.

Coincidindo com estes primeiros sintomas graves de agressão externa ao galego (séc.XV), propiciados fundamentalmente pela decapitação social que supôs o processo de “Doma e castração do Reino de Galicia”, de que falava o cronista dos Reis Católicos Alonso de Zurita, deu começo a um processo de substituição linguística que provocou que, ao princípio devagar, e, depois, já no século XX, mais generalizadamente, o galego fosse substituído nas cidades pelo espanhol. Este fenómeno é, se calhar, mais grave levando em conta a forte perda demográfica que o campo experimentou e continua a experimentar nos últimos anos.

Actualmente, o galego continua a ser língua inicial maioritária no conjunto da população (62,4%), mas em situação de franca recessão nas cidades (17,1%) e entre os jovens (só 38.9% entre os que tenhem 16 e 20 anos o aprenderam como primeiro idioma). Desta maneira, o galego vai ficando cada vez mais como marca de pertença às classes sociais mais desfavorecidas e, portanto, estigmatizado como língua pobre. Toda esta situação parece tão negativa que se não houvesse alguma força que a contrapesasse teríamos que começar a pensar logo na morte do galego, tal como aconteceu com outras línguas que, como o dálmata ou o córnico, foram deixadas de falar e se perderam para sempre. Porém, a nossa situação parece ainda diferente.

Com a queda, no Estado Espanhol, da ditadura militar do general Franco, acontecida no ano 1975, abriu-se um processo que acabou com a criação dum governo autónomo na Galiza e a cooficialização relativa do idioma. O galego passa a incorporar-se ao mundo do ensino, acede aos meios de comunicação e pouco a pouco vai estendendo-se ou aspirando a estender-se a todas as esferas da sociedade.

Mas voltemos atrás, aprofundando mais nos factores que determinaram a situação actual: Entre os séculos XVI e XVIII, os Séculos Obscuros, o galego é uma língua ágrafa que se conserva só como fala oral e abandonada às tendências peculiares de cada lugar.

Não existe um referente culto, um padrão linguístico que evite a fragmentação e a dialectalização da língua. Quando recupera o seu estatuto de língua escrita, com o grande renascer literário do séc. XIX (Rosália de Castro, Curros Enríquez, Eduardo Pondal…) percebe-se claramente a necessidade de uniformar, pelo menos, os usos escritos.

Naquela altura, cada escritor reflectia mediante a ortografia espanhola que conhecia e em que o povo estava alfabetizado (quando o estava), a fala da sua zona. Desde então, a escrita do galego vai-se caracterizar pelo caos, as soluções contraditórias e os influxos mais díspares. No seio desse movimento galeguista houve sempre duas tendências enfrentadas a respeito de como deveriam ser restituídos os registros cultos que o galego tinha perdido ao ficar marginalizado como língua rural e familiar.

E, embora praticamente todas as grandes figuras do galeguismo (Castelao, Murguía, Pondal, Viqueira…, etc.) tivessem manifestado sempre a sua vontade de que a padronização do galego se fizesse no sentido da reaproximação a respeito do luso-brasileiro, como se pode comprovar facilmente no artigo desta secção.

As difíceis condições em que teve que desenvolver-se nos seus inícios a cultura galega surgida do Resurgimento, com o analfabetismo generalizado da maioria da população e a ausência dum público leitor que não tivesse sido escolarizado em espanhol, determinou que se tenha gerado uma tradição escrita que consagra uma variedade de língua mista ou híbrida que, sem perder os numerosos traços comuns com o português, baseou-se sobretudo no castelhano para a improvisação dos registros cultos. Isto, unido especialmente ao uso da ortografia castelhana, provocou que para algumas pessoas parecesse justificado falar de uma língua diferente do português.

Quando a mudança política, nos anos setenta, trouxe consigo a cooficialização do galego na Galiza administrativa (também é língua própria de comarcas limítrofes de Astúrias, Leão e Samora onde a sua oficialidade não é ainda reconhecida), o debate em torno ao modelo de língua culta cobrará novos impulsos, pois as novas condições (entrada no ensino como matéria obligatória e início dum processo de normalização linguística) já permitem finalmente o velho sonho galeguista de aproximação ao português, com todas as consequências de internacionalização, prestígio e abertura de possibilidades de intercâmbio cultural que isso traria consigo.

Nestes anos tem lugar um intenso debate entre isolacionistas ¾partidiarios de criar uma língua a meio caminho entre português e castelhano¾ e reintegracionistas ¾partidários de consolidar a velha ideia da reintegração no diassistema do galego-português¾.

Os primeiros, aglutinados em torno ao Instituto da Língua Galega (ILG), partem duma perspectiva descritivista e exclusivamente baseada na experiência fornecida pelos trabalhos de tipo dialectológico, o que os leva a pretender consolidar uma normativa baseada “na realidade da fala viva”, sem reparar demasiado nem em como deve definir-se a “fala viva”, nem nas garantias de legitimidade que tal opção oferece, nem ainda nos instrumentos empregados para reflectir essa “fala viva”, pois assume-se desde o início que a escrita e as estruturas do castelhano som o mecanismo apropriado para reflectir “por omissão” a realidade falada do galego.

Dessa maneira, aplicou-se à língua galega o mesmo esquema de padronização que corresponderia a uma fala ágrafa, sem qualquer tradição própria anterior ao momento da “amostragem”. Consideram-se os falantes que oferecem melhores garantias de legitimidade “os mais velhos de cada lugar”, desconsiderando por completo tanto os registros e referências históricas à fala usada por gerações anteriores (presumivelmente mais legítimos que os dos informantes “mais velhos de cada lugar”) como a fala usada no momento pelas gerações mais novas, muito mais “viva” que a dos “mais velhos de cada lugar”. Procedeu-se, desse modo, a seleccionar mediante critérios completamente arbitrários, caprichosos e incoerentes uma

categoria de informantes que não oferecem nem as mesmas garantias de legitimidade e correcção que se poderiam obter facilmente acudindo a toda a tradição prévia, tanto gramatical como literária, nem uma radiografia do que é a "fala viva" real.

Além disso, empregou-se a escrita do castelhano como instrumento para representar essa suposta "fala viva", adoptando-se também o castelhano como modelo para preencher muitas das lacunas de que os informantes assim seleccionados não podiam dar conta.

É dessa maneira como a orientação dialectológica com que o ILG tinha sido criado e a carência de critérios científicos adequados propiciaram um modelo de normativização caracterizado pela incoerência e pelo submetimento ao castelhano, pois adoptou-se para criar uma norma para o galego os mesmos critérios que corresponderia usar para a descrição de línguas ágrafas, sem tradição escrita nem gramatical prévia ao momento da recolha dos dados.

O reintegracionismo, pelo contrário, encabeçado pela figura do Professor Ricardo Carvalho Calero, parte da consideração do galego como entidade linguística inserida no seu diassistema histórico. Isto implica levar em conta a tradição precedente e propor um modelo de língua apto para a comunicação com as outras variedades do diassistema. Além disso, a norma proposta pelo reintegracionismo carece dessa vontade de confluência formal a respeito do castelhano, que é justamente a língua dominante na situação de contacto linguístico, responsável polas numerosas interferências introduzidas no galego.

O debate entre isolacionismo e reintegracionismo pretendeu ser resolvido de um modo expeditivo e obscuro por parte das autoridades autonómicas no ano 1982, mediante a oficialização por decreto de uma proposta normativa surgida da primeira das tendências. No entanto, nos anos posteriores, o debate, em vez de extinguir-se, passou a converter-se num verdadeiro confronto, levando-se à frente numerosos actos de protesto e culminando o que não se conseguira realizar nas etapas precedentes: a consolidação duma tradição e um padrão culto galego em escrita galego-portuguesa, paralelo ao promovido pela Administração Autonómica e que situa o galego como uma variedade linguística autónoma da língua galego-portuguesa, ao mesmo nível que o brasileiro e o português.

Por parte da administração autonómica sobretudo, e também de alguns "galeguistas", existiu desde o primeiro momento uma atitude de menosprezo e uma política de silenciamento para a opção reintegracionista.

Inclusive foram denunciadas perseguições ideológicas ante o Parlamento Europeu. Não aconteceu o mesmo, porém, com a Administração de Justiça, que, apesar de ter ignorado a miúdo estes factos, procedeu a reconhecer finalmente, num auto emitido pelo Tribunal Superior de Justiça de Galiza, a validade oficial da norma reintegracionista do galego (em sentença 1998/1998).

Também a maior parte da intelectualidade galega, usuária eventual de uma ou outra normativa, manifestou-se a favor da re-aproximação ao português num debate que continua mais vivo que nunca e que teve ocasião de manifestar-se ao longo de vários meses nas páginas centrais dos principais diários galegos no ano 1999 (vid. na rev. Agália, nº59 e nº60 uma ampla selecção daqueles artigos).

Actualmente, pois, pode considerar-se o galego como uma variedade linguística polielaborada, na qual um dos modelos de padronização levados a cabo, o reintegracionista, representa a

reincorporação definitiva do galego ao seu diassistema linguístico próprio, constituindo-se, assim, a variedade galega da língua galego-portuguesa.

No entanto, o outro modelo de elaboração, o isolacionista, apresentado como embrião duma "língua galega diferenciada do português", constitui na realidade a aceitação histórica do processo de submetimento ao castelhano e representa um grave perigo para a sobrevivência do galego no quadro do conflito linguístico em que se acha inserido. Esta é também a razão que explica justamente a preferência do poder político actual, herdeiro "democrático" do mesmo poder político que prejudicou historicamente o galego, pelo isolacionismo linguístico.

Fonte: http://www.agal-gz.org/

ORTOGRAFIA DO GALEGO OBSERVAÇÕES ORTOGRÁFICAS DO GALEGO COMPARADO COM O PORTUGUÊS. O ALFABETO GALEGO

O alfabeto galego consta das seguintes letras e dígrafos:

A B C CH (Ç) D E F G GU H I (J) (K) L LL.M N Ñ O P Q QU R RR S T U V (W) X Y Z. Os dígrafos são seis CH, GU, LL, NH. QU e RR. As letras Ç, J, K, W, Y são usadas eventualmente em palavras estrangeiras. Os dígrafos CH, LL, a letra Ñ e a letra S pronunciam-se como em espanhol. A letra Z pronuncia-se como o Ç português. O dígrafo SS, bem como a letra J e os sons do GE e GI do português não existem em galego. O J e o G nestes casos substituem-se por X com o valor do dígrafo SH inglês ou do CH português. As letras B e V pronunciam-se ambas como o B do português. O galego conserva as consoantes mudas que as reformas ortográficas da língua portuguesa eliminaram ou tratam como optativas.

Para iniciar imediatamente a leitura de textos originais da Galícia, detalharemos aqui as principais diferenças ortográficas entre o galego e o português, outras são apresentadas nos sumários gramaticais da Parte III. Superadas estas primeiras dificuldades ortográficas, quem já souber português poderá iniciar seu estudo da língua galega, utilizando com pleno entendimento materiais escritos nesse idioma. Basicamente, o galego é português, escrito com ortografia castelhana. Além desta constatação imediata, um brasileiro ao ler um texto galego tem a impressão de estar lendo ótimo português moderno, entremeado porém de termos medievais e palavras arcaicas, ao lado de formas "erradas" do português popular, ou do coloquial brasileiro.

Comparando as ortografias dos dois idiomas nos textos da Parte II observamos imediatamente que:

1) O NH do português é substituido pelo Ñ castelhano, que se obtem teclando ~ e depois N: Ex. coñecemos, descoñecemos, coñecidos. Mas o dígrafo NH também ocorre no galego, em algumas palavras, nunca porém com o som de Ñ. A letra H nestes casos é muda, servindo apenas para preservar o som nasal da vogal que precede o N. Tecnicamente: o dígrafo NH usa-se para representar a consoante nasal velar em posição interior antevocálica. Ex. unha, algunhas, cunha, dunha, ningunha

2) O LH português substitui-se pelo duplo L do castelhano: Ex. mulleres, darlles.

3) O duplo S do português substitui-se por um único S com pronúncia de Ç, como em castelhano: Ex. ese, dese, esa, nesa.

4) O M final de palavras portuguesas é substituido por N ou pode ser suprimido. Assim, AM, EM, IM, OM UM do português passam a ÁN, EN, IN, ON, UM em galego: Ex. coñecen, asi, vén, home.

5) As sílabas que em português pronunciamos e escrevemos como JA, JE, JI, JO. JU, GE GI, aparecem em galego como XA, XE, XI, XO, XU e a terminação GEM é substituida por XE. Assim a letra X pode representar dois fonemas em galego: o som prepalatal fricativo surdo, ou seja os sons portugueses de CHA, CHE, CHI, CHO, CHU, como nas palavras hoxe, orixe, xa e o som latino do X, pronunciado ksi, em palavras cultas:Ex. saxo. Galáxia, texto.

6) A terminação portuguesa ÃO pode substituir-se por ÁN, ON, ÓN, IÓN: Ex. son, non, reflexión, sacristán

7) Neste sistema ortográfico, galego, não se emprega o Ç português, que é substituido por CI ou Z: Ex. forza. As letras C,QU e Z, distribuem-se da seguinte maneira: CA QUE, QUI, CO, CU, e ZA, CE, CI, ZO,ZU, correspondentes a CA QUE, QUI, CO, CU e ÇA, CE, CI, ÇO, ÇU do português

8) Um QU etimológico pode eventualmente aparecer substituido por C antes de A, O, U: Ex. cando, cantos, calquer.

9) A letra H não representa em galego nenhum som, mantendo-se na escrita das palavras que etimologicamente a tinham e não naquelas que não a tinham: Ex. haber, home, horta, herba, harmonia, Excetuam-se palavras como España e Xoán que perderam o H na época medieval e não volveram a recuperá-lo.

O idioma galego, no fundo, é português, e o português, no fundo, é um mero galego diferenciado. Portanto, estudantes de nível médio ou superior e adultos alfabetizados, que leiam português, entenderão sem problemas textos em galego. Cada um pode comprovar imediatamente esta afirmação pela leitura de trechos de textos científicos, depois de aprendida a ortografia da língua. Para completar esta introdução à língua galega escrita, tal como se utiliza no âmbito universitário, anexamos a seguir uma seleção de extratos de artigos sobre economia extraidos da Revista Galega de Economia.

10) Os galegos utilizam apenas o acento agudo, a que chamam de TIL, desconhecendo o acento grave e o circunflexo utilizados em português. Os pronomes enclíticos unem-se diretamente aos verbos.

11) A ortografia da opção reintegracionista, que difere da norma oficial, pode ser estudada no artigo "Pam, pam; norma lusitana, norma lusitana" de Carlos Garrido, e noutros artigos, livros e resenhas deste autor.

PROF. DR. DARCY CARVALHO. SÃO PAULO. BRASIL. 2015

TEXTOS UNIVERSITÁRIOSE EM GALEGO PARA ESTUDAR A ORTOGRAFIA NORMALIZADA

https://www.usc.es/econo/RGE/sumariog.htm



DESIGUALDADE E CRECEMENTO ECONÓMICO. CÍRCULOS VICIOSOS OU VIRTUOSOS?

Ana Jesús López Menéndez* / Frank A. Cowell**

*Universidade de Oviedo / **London School of Economics and Political Science

Resumo: As relacións entre desigualdade e crecemento económico foron obxecto dun amplo debate conceptual e empírico que se prolongou ao longo do tempo sen alcanzar un consenso. O efecto do crecemento sobre a desigualdade foi estudado por Kuznets (1955), cuxa hipótese postula que a desigualdade aumenta inicialmente co crecemento para posteriormente diminuír tras un punto de retorno. Este modelo de U invertido foi estendido por Anand e Kanbur (1993), e o seu contraste empírico conduce a conclusións dispares segundo a información, os indicadores e os métodos empregados. Con respecto ao impacto da desigualdade sobre o crecemento, os traballos de Lewis (1954) e Kaldor (1956) defenden a existencia de efectos positivos, mentres que os de Alesina e Rodrick (1994), Persson e Tabellini (1994) ou Deininger e Squire (1998) postulan relacións negativas. Dado que a diversidade de hipóteses e resultados empíricos impide obter conclusións sobre a existencia de círculos viciosos ou virtuosos entre desigualdade e crecemento, neste traballo proporcionamos nova evidencia incorporando á análise a renda nun dobre sentido: como criterio de clasificación de países e, desde unha óptica socioeconómica, distinguindo entre a desigualdade relativa a rendas baixas e altas.

Palabras clave: Crecemento / Desigualdade / Curva de Kuznets / Modelos de panel.



UNHA VISIÓN REXIONAL DA POBREZA EN ESPAÑA NO MARCO DA CRISE ECONÓMICA ACTUAL

Alejandra María Feal Pérez / María José Piñeira Mantiñán

Rubén Camilo Lois González / Francisco Durán Villa

Universidade de Santiago de Compostela

Resumo: Este artigo pretende achegar unha visión rexional da pobreza en España desde a perspectiva da Estratexia Europa 2020 facendo fincapé nos cambios derivados da crise económica. Esta análise realízase tomando como marco o obxectivo de crecemento inclusivo que fixa a Estratexia Europea 2020 (EU2020S), adoptada formalmente pola Unión Europea no ano 2010, para reducir os niveis de pobreza e exclusión social. O estudo de trece indicadores socioeconómicos a nivel de comunidades autónomas (CC.AA.) e a identificación de relacións entre os indicadores socioeconómicos da Estratexia 2020 permitiu: i) situar España e as súas comunidades autónomas no contexto europeo, ii) poñer en evidencia cambios no contexto social derivados da actual crise económica, iii) identificar relacións entre as variables estudadas, e iv) propoñer clústeres de rexións segundo a súa distancia aos obxectivos da Estratexia 2020.

Palabras clave: Estratexia Europa 2020 / Crecemento inclusivo / Pobreza / Rexión.



EFICIENCIAS ESTRUTURAIS, EMIGRACIÓN INTERREXIONAL E FUGA DE CEREBROS: O CASO DE GALICIA

Fernando González Laxe / Federico Martín Bermúdez / Federico Martín Palmero

Universidade da Coruña

Resumo: A mobilidade do factor traballo é, especialmente nesta etapa de globalización económica, un aspecto positivo que promove a competitividade. Non obstante, é tamén un elemento que pode determinar a existencia de deficiencias estruturais nas rexións ou nos países de orixe dos emigrantes. Galicia é unha Comunidade cunha ampla traxectoria na expulsión de man de obra. Nos anos finais do pasado século empezan a detectarse evidencias de que en Galicia se está a producir unha nova emigración. O obxecto desta investigación é cuantificar estes movementos de man de obra e verificar cales son as causas da moderna terceira emigración en Galicia.

Palabras clave: Economía rexional / Mobilidade da man de obra / Mercado de traballo rexional / Migracións / Galicia.



CUESTIÓNS PARA PENSAR O DESENVOLVEMENTO NO BRASIL: ESPECIALIZACIÓN REGRESIVA E TARIFA EXPORTADORA NO PERÍODO 2003-2010

ANA MARÍA RITA MILANI

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

(EXTRATO)

1. INTRODUCIÓN.

A finais da década de 1980, a maioría dos países en desenvolvemento pasou por un proceso de reformas estruturais que levou a esas economías a unha nova etapa de desenvolvemento dentro da economía mundial. En relación cos países de América Latina, a década de 1990 marcou o triunfo da política económica neoliberal. Os "vellos" paradigmas do desenvolvemento baseados na industrialización pola substitución de importacións, cunha economía cerrada e cunha gran participación do Estado, foron substituídos por un sistema de economía aberta cunha menor intervención do Estado a través dun programa de privatización masiva. Estas medidas de política implementadas no Brasil suscitaron no ámbito académico o debate sobre a posibilidade de que o país estivera vivindo un proceso de cambio estrutural.

É unha vella preocupación o papel do cambio estrutural e a súa influencia no crecemento económico. En América Latina foi un tema moi presente nas reflexións pioneiras sobre o desenvolvemento económico, especialmente nos traballos clásicos de Hirschmann e Prebisch na década de 1950. Paralelamente, e a partir da teoría convencional, xorden modelos cuxo obxecto de estudo é o crecemento económico baseado nas funcións de produción agregadas, que por definición ignoran as diferenzas sectoriais. Son exemplos desta liña de pensamento os modelos pioneiros de Harrod-Domar, Solow, Swan ou Ramsey, entre outros. Nestes modelos, o cambio estrutural e a tecnoloxía déixanse nun segundo plano, saíndo só á luz a partir de mediados da década de 1980, cando comezaron a ser obxecto de atención por parte dos programas de investigación relacionados coa innovación tecnolóxica.

A relación entre estrutura industrial e desenvolvemento económico aínda está en fase de construción, sen ter liñas ou marcos establecidos. A visión convencional defende a idea de que a especialización produtiva baseada en vantaxes compara- 1 Traballo baseado nun artigo presentado no I Circuito de Debates Acadêmicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(IPEA) e das Associações de Pós-Graduação em Ciências Humanas. II Conferência do Desenvolvimento, que tivo lugar en Brasilia entre o 23 e o 25 de novembro de 2011. Vid. Milani, A.M.R. Notas breves Revista Galega de Economía, vol. 22, núm. 2 (decembro 2013), pp. 245-254.

Os críticos consideran que o patrón de especialización é importante tanto para o ritmo como para o alcance do proceso de desenvolvemento, cuestionándose cando debe comezar a súa especialización o sector industrial. Pode dicirse que a partir da década de 1990 Brasil experimenta un proceso de cambio estrutural co inicio dunha especialización da estrutura industrial nalgúns sectores de escaso dinamismo intra-industrial como, por exemplo, os de commodities, fenómeno que se acentúa nos anos 2000.

Esta tendencia do perfil do desenvolvemento actual, que algúns autores sinalan como proceso de desindustrialización, ten a súa contrapartida na concentración da tarifa exportadora con produtos de baixo valor agregado. O noso obxectivo é analizar como se presenta o cambio estrutural na industria a partir da aplicación do modelo de axuste estrutural, intentando demostrar como lle afecta este proceso á especialización produtiva e á forma de integración internacional a través da especialización da tarifa exportadora.

2. A REESTRUTURACIÓN DA INDUSTRIA NO BRASIL E O DEBATE SOBRE O CONCEPTO DE DESINDUSTRIALIZACIÓN

Entre os analistas económicos acéptase que o país sufriu unha significativa transformación estrutural e que os incrementos de produtividade alcanzados pola industria na década de 1990 foron o resultado destes cambios. Estes afectaron principalmente ao sector industrial, e para moitos, negativamente. Para a corrente teórica "neo-desenvolvista", por exemplo, a economía brasileira veu sufrindo un proceso de desindustrialización nos últimos vinte anos debido á combinación de políticas que contemplan a apertura financeira, a valorización dos termos de intercambio e o tipo de cambio aplicado (Loures, Oreiro e Passos, 2006; Bresser- -Pereira e Marconi, 2009).

A corrente máis ortodoxa, pola contra, interpreta os cambios como positivos, e defende que os recentes cambios experimentados na economía brasileira non tiveron un efecto negativo na industria, senón que esta última se beneficiou das reformas (Schwartsman, 2009). En relación co concepto de desindustrialización é oportuno realizar algunhas observacións. Segundo Ramaswany e Rowthorn (1999), o concepto clásico da desindustrialización garda unha certa analoxía coa redución do emprego industrial no país ou rexión. Polo tanto, tendo en conta este concepto, os países desenvolvidos terían pasado por un proceso de desindustrialización na década de 1970 e os de América Latina na década de 1990.

Segundo Singh (1987), a desindustrialización é a diminución da produción ou do emprego industrial en termos absolutos ou como porcentaxe do produto ou do emprego nacional, que con frecuencia se caracteriza como unha consecuencia dun satisfactorio desenvolvemento económico nos países avanzados e que se relaciona coa mellora das condicións de vida da sociedade (Rowthorn e Ramaswamy, 1999). Desde esta perspectiva, en primeiro lugar produciríase unha diminución da participación da agricultura no produto interior bruto e o incremento do sector industrial; e en segundo lugar, os servizos gañarían terreo e a industria perdería peso. Vid.Milani, A.M.R. Notas breves Revista Galega de Economía, vol. 22, núm. 2 (decembro 2013), pp. 245-254

Para Tregenna (2009), desindustrializar é unha situación na que se reducen tanto o emprego industrial e o valor agregado da industria como a proporción do emprego total e do PIB,

respectivamente. Pola súa parte, Oreiro e Feijó (2010) sinalan que a desindustrialización non está necesariamente relacionada coa diminución ou co estancamento da produción no sector industrial, senón co momento en que ese sector perde importancia como fonte xeradora de emprego e/ou de valor engadido. Polo tanto, a simple expansión da produción industrial –en termos de quantum– non pode utilizarse como "proba" da inexistencia de desindustrialización. Outra cuestión que con frecuencia se relaciona coa desindustrialización é a "enfermidade holandesa".

Esta pode definirse como un proceso de desindustrialización que se acompaña dunha "reprimarización" da tarifa exportadora, na que as exportacións tenden a estar formadas por commodities, produtos básicos ou de baixo contido tecnolóxico. Segundo Bresser-Pereira (2010), este tipo de desindustrialización pode ser clasificada como "negativa", pois evidencia un "fallo do mercado" no que o descubrimento de recursos naturais escasos fai que se produza un recoñecemento da taxa de cambio real, xerando externalidades no sector de bens manufacturados. Logo destas consideracións, no seguinte epígrafe exponse como se interpretou a desindustrialización no Brasil.

2.1. A DESINDUSTRIALIZACIÓN E O CAMBIO ESTRUTURAL SUCEDERÁN NO BRASIL?

O proceso de desindustrialización no Brasil no período 1996-2007 deu lugar a diferentes interpretacións. Ás veces, utilízase unha connotación negativa para caracterizalo como sinónimo de destrución da industria ou dalgunhas das súas ramas máis importantes; porén, segundo o informe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IDEI) (2005), esta non é a mellor caracterización.

Segundo este Instituto, América Latina e, especificamente, Brasil experimentaron un proceso de "desindustrialización negativa" coa perda de importancia do sector industrial e do emprego, que puxo en perigo o desempeño da economía na década de 1990. O IDEI (2005) afirma que a desindustrialización se produciu no Brasil na década de 1990; non obstante, o sector industrial mantivo unha importante diversificación. A pesar de perder algúns segmentos e elos das cadeas decisivas para a industrialización moderna, preserváronse sectores tecnolóxicos avanzados, feito que dalgunha maneira permitiu ampliar a súa produtividade e a súa capacidade exportadora.

Esta configuración do cambio estrutural levou ao IEDI a afirmar que houbo desindustrialización, pero que esta foi relativa. Esta desindustrialización está relacionada con cambios na estrutura industrial e non coa caída do peso da industria na participación do PIB. Milani, A.M.R. Notas breves Revista Galega de Economía, vol. 22, núm. 2 (decembro 2013), pp. 245-254. Como se pode comprobar, os sectores que destacan no proceso de cambio experimentado pola industria no período son dous: a) os sectores tradicionais, como o sector téxtil e artigos de vestiario e o de material eléctrico e electrónico, que perderan peso na estrutura industrial e que serían un exemplo da desindustrialización localizada; e b) os sectores intensivos en recursos naturais, que mostraron unha maior especialización da industria.

Pode observarse que o sector de commodities aumentou a súa participación na produción en case un 4%. A industria tradicional experimentou un descenso de aproximadamente un 5%, mentres que as industrias de maior contido tecnolóxico presentaron un comportamento estable no período. A pesar de que o movemento da estrutura produtiva non tivese cambios significativos no período analizado, segundo o IDEI (2005) verifícase que nos anos anteriores os sectores predominantes na matriz industrial do país foron os de maior contido tecnolóxico.

Kupfer e Carvalho (2010) sinalan que as actividades que tiveron un impulso presentaban un perfil de investimento de retornos rápidos e de baixo risco, como no caso dos sectores de baixo contido tecnolóxico. A conclusión á que se chega Milani, A.M.R. en Notas breves Revista Galega de Economía, vol. 22, núm. 2 (decembro 2013), pp. 245-254,é que en xeral o sector industrial brasileiro non avanzou durante a década de 1990, e que mantivo a mesma tendencia na década seguinte.

As informacións deste período corroboran unha reflexión preocupante como é que, a pesar de todos os cambios, reformas e axustes polos que pasou Brasil, o país parece terse afastado un pouco máis do mundo desenvolvido do que se aproximaba, pois o camiño do cambio estrutural experimentado polo Brasil levouno a inclinarse cara a unha relativa especialización en sectores produtores de commodities. É o que se pode chamar ou cualificar de especialización regresiva. Outro problema é que a maior participación das commodities se transforma en certa medida nunha tendencia para a "reprimarización" da economía. Desde o´ punto de vista máis ortodoxo, esta especialización da produción baseada nas vantaxes comparativas sempre é benvida en calquera etapa do seu desenvolvemento. Non obstante, cando os modelos propostos para as economías avanzadas se aplícan ás periféricas xorden unha serie de problemas, pois non se adaptan ou non constitúen un marco apropiado nestes últimos países, como é o caso do Brasil.

O pensamento da CEPAL xa advertía deste feito cando diferenciaba o "centro" e´ a "periferia" do capitalismo, destacando que a estrutura socioeconómica periférica tiña un modo propio de industrializarse, unha forma particular de introducir o progreso técnico, así como unha maneira específica de absorber a man de obra e´ de distribuír renda. As ideas da CEPAL seguen sendo válidas hoxe en día, pois aínda explican a realidade brasileira actual tendo en conta, por suposto, as diferenzas do novo contexto histórico.

Se estas teorías aı´ nda din moito do Brasil e´´ porque a súa forma de inserción internacional tomou de novo características da periferia, e´ dicir, como nación produtora de commodities. Non obstante, é necesario comprender as razóns que levaron a economía brasileira a reproducir e a estender esa característica. Na seguinte sección preséntanse algunhas cifras ilustrativas da economía brasileira na última década coa intención de comprobar como ten lugar o proceso de especialización das tarifas exportadoras.

3. CONTEXTUALIZACIÓN DO "GOBERNO LULA": ALGÚNS DATOS ILUSTRATIVOS

Nesta sección abordarase o comportamento dalgunhas variables de importancia para a comprensión do actual modelo de desenvolvemento

En relación coa cuestión da especialización, Rodrik (2010) argumenta que só os países que alcanzaron unha etapa avanzada de desenvolvemento poderían especializarse, porque o que os levou ata esa etapa foi a diversificación e non a especialización. Corroborando esta idea, Rowthorn e Wells (1987) sinalan que este proceso de primeiro diversificación e logo especialización, de acordo co avance do desenvolvemento, é característico dos países centrais, quen teñen unha maior elasticidade-renda do sector servizos en relación coa industria. Non obstante, consideran que os países en desenvolvemento non presentan esa dinámica, senón que, pola contra, experimentan unha desindustrialización prematura xerada como consecuencia dunha reorientación produtiva.

Para a CEPAL, o proceso de crecemento, emprego e distribución da renda sería diferente do que ocorre nos países centrais, sobre todo porque os países periféricos posúen unha estrutura pouco diversificada e tecnoloxicamente heteroxénea.O recente crecemento evidencia un

patrón stop and go, como nos últimos vinte anos da historia do Brasil. As políticas neoliberais non conseguiron construír un modelo de desenvolvemento que xerase un crecemento sostido. Na década de 1990 a economía crece de media un 2,7% e na última década a taxa de crecemento situouse preto dun 4% anual.

Dentro dos compoñentes da demanda agregada, a única variable que tivo un comportamento crecente influenciando positivamente as fontes de crecemento foron as exportacións netas, que presentaron taxas de expansión crecente desde o ano 2002. En liñas xerais, o ciclo de crecemento internacional pode atribuírse ao pobre desempeño da economía doméstica (absorción interna), ao extraordinario crecemento do comercio internacional, á alza dos prezos das commodities e ás condicións relativamente estables de liquidez internacional ata o ano 2008.

Obsérvase a evolución do saldo comercial nos últimos vinte anos. Na década de 1990 produciuse unha tendencia de aumento dos déficits, que se converteu en característica habitual a principios do século XXI. Con todo, o dinamismo mostrado polas exportacións netas pode estar relacionado con factores externos que, á súa vez, reforzan o perfil tecnolóxico da balanza comercial, como son o superávit nos sectores básicos como as commodities primarias e nos sectores intensivos en recursos naturais.

A pesar de que o superávit na balanza comercial é un dato alentador para Brasil, hai dous aspectos preocupantes que cómpre destacar: a) a dependencia dos saldos comerciais das ganancias en termos de comercio; e b) a concentración da tarifa exportadora nos produtos básicos.

En relación co segundo aspecto, entre os anos 2005 e 2010 a participación dos produtos básicos na tarifa exportadora aumenta aproximadamente desde un 29% a un 48%, podendo observarse como contrapartida que os produtos manufacturados perden participación nesa tarifa, pasando dun 56% a un 36%.

Este aspecto gaña importancia por ser un dos máis debatidos entre os investigadores, algúns dos cales formulan a hipótese de que esta situación do comercio se explica en gran medida pola dinámica dos prezos das commodities, que tiveron unha ganancia do 150% no período, en comparación co 65% das manufacturas (IPEA, 2012). Aínda que os prezos influíron no comportamento da tarifa exportadora, non é a única causa que explica a especialización nas commodities. Hai outro factor importante na configuración mundial actual na que China merece unha atención especial, sobre todo porque desde mediados da década de 1980 se veu perfilando como un hub global, cambiando a xeografía económica e o perfil da demanda das materias primas.

Porén, a preocupación que se observa con respecto á balanza comercial relaciónase co empeoramento das vendas externas de produtos manufacturados. Esta característica pode verse na gráfica 3, que se basea nas exportacións dos sectores industriais de intensidade tecnolóxica, segundo a clasificación da OCDE. Este fenómeno pode ser explicado por dous factores: polo efecto da demanda e polo efecto da competitividade. En relación co primeiro factor, no contexto mundial produciuse un crecemento da demanda de commodities, como xa se explicou con anterioridade (IPEA, 2012); e polo que se refire ao efecto da competitividade, este pode estar asociado coa política cambiaria e cos factores estruturais.

Con respecto a estes factores, pode dicirse que os problemas estruturais da economía brasileira se insiren no conxunto central das políticas neoliberais aplicadas na década de 1990 (modelos de axuste estrutural), cuxo obxectivo foi a estabilización da economía a través do plan real. O

país non foi capaz de combinar o crecemento do produto coas exportacións de manufacturas. como xa se explicou con anterioridade (IPEA, 2012); e polo que se refire ao efecto da competitividade, este pode estar asociado coa política cambiaria e cos factores estruturais.

Con respecto a estes factores, pode dicirse que os problemas estruturais da economía brasileira se insiren no conxunto central das políticas neoliberais aplicadas na década de 1990 (modelos de axuste estrutural), cuxo obxectivo foi a estabilización da economía a través do plan real. O país non foi capaz de combinar o crecemento do produto coas exportacións de manufacturas debido á reducida ta xa de investimento asociada a dúas limitacións fundamentais: o mantemento de baixas taxas de inflación coa valorización cambiaria.

O perfil tecnolóxico das exportacións do Brasil, que se caracteriza pola concentración das exportacións en commodities primarias e bens de baixa intensidade tecnolóxica, foi un dos factores responsables do escaso dinamismo da economıá nas últimas décadas. Actualmente, existe unha conxuntura externa favorable ao perfil das exportacións brasileiras; ası e todo, non se pode deixar de sinalar a debilidade estrutural que presenta o sector exportador. Esta debilidade relaciónase coa vulnerabilidade ás flutuacións dos prezos internacionais e co baixo valor engadido que presentan estes produtos, con pouco efecto dinámico en termos de xeración de renda e emprego.

Ası, pode observarse que, a partir das políticas implementadas no Brasil, a industria sofre unha especialización regresiva, aında que localizada e de forma relativa, que cuestiona as posibilidades de crecemento sostido. Este fenómeno, xunto coas condicións externas favorables para as exportacións de commodities, contribuıu tamén a especializar a tarifa exportadora.

4. CONSIDERACIÓNS FINAIS

O novo modelo de desenvolvemento para Brasil caracterızase por taxas de crecemento de stop and go, tendo como variable dinámica as exportacións netas. Aın-́ da que nesta última década o rendemento presenta unha performance dos indicadores económicos mellor que na década de 1990, o actual modelo de desenvolvemento suscita moitas cuestións, referındose unha delas a̍ forma de inserción do Brasil na economıa internacional, actualmente influenciada pola demanda chinesa de materias primas e de produtos derivados de recursos naturais de alta densidade. Vid. Milani, A.M.R. Notas breves Revista Galega de Economía, vol. 22, núm. 2 (decembro 2013), pp. 245-254.

No perıodo de estudo, o saldo da balanza comercial presentou un superavit; porén, tamén mostrou déficits en bens manufacturados. Neste sentido, as teses da CEPAL sobre dependencia, centro-periferia ou heteroxeneidade estrutural volven estar vixentes, só que no novo contexto histórico co que Brasil debe enfrontarse. Non se trata de non responder a este grande estımulo da demanda chinesa, que hoxe se presenta como a fonte de crecemento do paıs; pola contra, o camiño poderıa ser tratar de aproveitar ese contexto dunha forma enxeñosa para trazar unha nova dirección na senda do desenvolvemento. Moitos autores chaman a atención sobre o cambio na inserción na economıa internacional considerando que é fundamental a introdución de bens con maior valor agregado, máis diferenciados e intensivos en tecnoloxıa.

Debido a isto, compre atopar as causas concretas do proceso de desindustrialización e comparalo coa evolución esperada do cambio estrutural, dar cos factores e condicionantes que afastaron a economıa brasileira do camiño dunha tarifa exportadora máis dinámica. Por outra parte, a polıtica de desenvolvemento do Brasil non debería renunciar ao que foi unha caracterıstica do país dentro da rexión de América Latina, dada a diversificación industrial e a

integración das cadeas produtivas. Ao conservar esta diversidade xunto a unha nova polıtica industrial e tecnolóxica, o paıs podería désenvolverse sobre a base dunha consolidación da produción máis competitiva.

BIBLIOGRAFÍA

BRASIL. INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (2005): Ocorreu uma desindustrialização no Brasil? São Paulo: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IDEI).

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONO�MICA E APLICADA (2012): Conjuntura em Foco, 17 (4) (Fevereiro). Brasilia/Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEI). BRESSER-PEREIRA, L. (2010): Brasil vive desindustrialização.

BRESSER-PEREIRA, L.; MARCONI, N. (2009): “Doença holandesa e desindustrialização”, Valor Econômico, 25/11/09.

COMISIÓN ECONONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA (2012): Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre América Latina. (Série 117-Macroeconomía del desarrollo). Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina (CEPAL).

KUPFER, D.; CARVALHO, L. (2010): A transição da indústria brasileira: da diversificação para a especialização. (10 de maio de 2010).

LOURES, R.R.; OREIRO, J.L.; PASSOS, C.A.K. (2006). “Desindustrialização: a crônica da servidão consentida”, Economia e Tecnologia, 2 (4), pp. 19-26.

MATTOS, F. (2000): “Retrospectiva histórica del proceso de globalización financiera”, Revista Investigación Económica, 60 (233), pp. 113-147. Milani, A.M.R. Notas breves Revista Galega de Economía, vol. 22, núm. 2 (decembro 2013), pp. 245-254. [...]

SOURCE: https://www.usc.es/econo/RGE/Vol22_2/galego/nb2g.pdf



The Galician Language. Studies in Major Neolatin Languages.

Prof. Dr. Darcy Carvalho. São Paulo. Brazil. 2015

DARCY CARVALHO CREATOR APUD ARCHIVE ORG.

BIBLIOGRAFIA ELETRÔNICA PARA ESTUDO DA LINGUA GALEGA

http://pgl.gal/pam-pam-norma-lusitana-norma-lusitana/

http://www.agal-gz.org/index.php

https://archive.org/details/ProblemasDaLnguaGalega.ColeoDeArtigosDeRicardoCarballoCalero

https://archive.org/details/MAURICIODECASTROMANUALOFGALICIAN

https://archive.org/details/M.LugrisFreireGramaticaDoIdiomaGalego

https://archive.org/details/XosFeixxCidPequenaGramaticaDaLanguaGalega

https://archive.org/details/HistoriaDaLiteraturaGalegaPorFranciscoFernandezDelRiego1951

https://archive.org/details/SinteseGramaticalDoGalegoUniversidadeDaCorua

http://www.darcycarvalho.com.br/home/estudos-de-idiomas/lingua-russa/01-1-galician-galego/elementos-de-gramatica-galega

http://www.darcycarvalho.com.br/home/estudos-de-idiomas/lingua-russa/01-1-galician-galego/1-2-bibliografia-do-galego-galician-bibliography

http://www.darcycarvalho.com.br/home/estudos-de-idiomas/lingua-russa/01-1-galician-galego/03-lexicografia-do-galego-galician-lexicography

